

4 Sobre a natureza dos valores

4.1. Ética e moral

Moral e ética são conceitos geralmente empregados como sinônimos, ambos referindo-se a regras e condutas entendidas como obrigatórias. A existência de duas palavras deve-se ao fato de as termos importado de origens etimológicas distintas: ética veio do grego *ethos*, significando comportamento, modo de ser; moral tem origem no latim, *morales*, e refere-se a conduta e aos costumes.

Entretanto, convencionou-se diferenciar ética de moral, atribuindo à moral um caráter mais prático e rígido. Por outro lado, à ética caberia estudar a aplicação das normas. Ou seja, configura-se moral como aquilo pertencente às regras, estabelecido em forma de leis ou incorporado como costumes na sociedade através da história e cultura, ao passo que a ética constituiria a forma pela qual nos relacionamos com essas regras a partir dos vínculos estabelecidos com a sociedade em geral. Assim, a moral estaria posta. A ética, pensada e filosofada.

Para Silvano¹⁸ (2008)

“Moral é um conjunto de normas que regulam o comportamento do homem em sociedade, e estas normas são adquiridas pela educação, pela tradição e pelo cotidiano. Durkheim explicava Moral como a “ciência dos costumes”, sendo algo anterior a própria sociedade. A Moral tem caráter obrigatório. Já a palavra Ética, Motta (1984) define como um “conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação aos outros homens na sociedade em que vive, garantindo, outrossim, o bem-estar social”, ou seja, Ética é a forma que o homem deve se comportar no seu meio social.”

Para sintetizar, recorreremos a Vásquez¹⁹ (1998), para quem a Ética é teórica e reflexiva, enquanto a Moral é eminentemente prática. Uma completaria a outra,

¹⁸ SILVANO, Thiago Firmino: <http://www.coladaweb.com/filosofia/moral.htm>

¹⁹ VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

interrelacionando-se. A Moral não é somente ato individual, é também um empreendimento social. Vasquez (1998) cita Moral como um

“sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livres e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal”.

O Dicionário Aurélio vem confirmar o dito anteriormente. Em sua definição ética é "o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana susceptível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto”.

Também para La Taille (2007)²⁰ existe diferença e complementaridade quando tratamos de moral e ética. Em entrevista concedida ao Jornal ExtraClasse, o psicólogo responde:

“EXTRA CLASSE – O que é moral e o que é ética?

YVES DE LA TAILLE – A definição habitual de moral e ética refere-se à questão dos princípios e regras de conduta. Moral diz respeito aos deveres; ela regra os princípios inspirados pelos ideais de dignidade, de justiça e de generosidade. São as respostas à pergunta existencial que todos nós nos fazemos: “Como devemos agir?”. Ética é outra coisa; remete à dimensão da vida boa, da felicidade, a aspectos existenciais da vida. É a diferenciação que eu tenho trabalhado. A pergunta da ética é “Que vida eu quero viver?”. Somente merece o nome de ética um projeto de vida que inclua a dimensão moral; portanto, o respeito pela dignidade alheia e pela justiça”²¹.

Há quem²² diferencie ética e moral das seguintes maneiras:

- “1. Ética é princípio, moral são aspectos de condutas específicas;
2. Ética é permanente, moral é temporal;
3. Ética é universal, moral é cultural;
4. Ética é regra, moral é conduta da regra;
5. Ética é teoria, moral é prática.”

²⁰ Entrevista concedida ao Jornal Extra Classe - Porto Alegre – www.sinprors.org.br – março de 2007.

²¹ http://www.contee.org.br/docente/materia_6.htm

²² <http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei18.htm>

Campos *et al.*(2002) considera que o início da ética no Ocidente inicia-se com Sócrates, para quem o corpo seria a prisão da alma, e desta forma, seria preciso superar e dominar as paixões e desejos do corpo a fim de viabilizar o acesso ao conhecimento da alma, morada do “bom em si”, isto é, de uma ética apriorista.

Já Aristóteles subordinava a ética à política, na forma da ordem vigente. Para ele, na prática ética somos o que fazemos, visando a uma finalidade boa ou virtuosa. Assim, agente, ação e finalidade do agir seriam inseparáveis.

Separando a reflexão moral da especulação teórica, Aristóteles traz à filosofia da moral um estatuto próprio. No pensamento filosófico antigo, os seres humanos aspiram ao bem e à felicidade, o que poderia ser alcançado com uma conduta virtuosa. Para ser ético seria preciso estar com contato com a própria essência, visando à perfeição. Esta ética essencialista possuía três aspectos: a) agir em conformidade com a razão; b) agir conforme a natureza e caráter natural de cada pessoa; c) união permanente entre ética (conduta do indivíduo) e política (valores da sociedade). Com o cristianismo, nega-se a virtude a partir da relação com a cidade ou com os outros. A referência é o relacionamento com Deus, o único mediador entre os indivíduos. O auxílio para a melhor conduta é a lei divina, surgindo a idéia de dever.

Com a Modernidade uma nova visão de ética emerge, segundo a qual os seres humanos devem sempre ser tratados enquanto fim da ação e jamais como meio para alcançar seus interesses. Novamente, porém por motivos diferentes, para sermos morais seria preciso dominar apetites e paixões, pois a natureza nos induziria ao mal e ao egoísmo. Hegel, no século XIX, complementa esta abordagem, propondo que a vontade subjetiva deva ser submetida à vontade social. O encontro de ambas determinaria a vida ética. Na atualidade, ambas as visões se fundiram. Nem o ser humano é totalmente livre, nem totalmente determinado pelas leis da natureza.

Se a ética é o estudo do julgamento de bem e de mal, ou seja, do que vale mais ou vale menos para que a vida mereça ser vivida, o estudo dos valores se situa neste campo. A questão ambiental se constituiu como questão ética, muito

mais do que ecológica, desde o princípio. E também nesse sentido ouvimos La Taille na continuidade de sua entrevista²³.

“EC – Com relação ao meio ambiente, o superpovoamento, as cidades cada vez menos habitáveis, as tragédias urbanas, como o senhor vê o futuro da humanidade dentro de uma perspectiva moral e ética?

YVES – Essa é uma questão ética, e não moral. Está essencialmente ligada ao futuro no planeta Terra, às perspectivas da humanidade, à relação entre as diversas gerações. Claro que é uma questão moral de respeitar a vida e as futuras gerações, mas as ações são dificilmente regradadas pela moral. Qual é a regra? Então eu não compro mais carro. Eu não ando mais de avião que polui mais ainda, não uso mais aerossol. É difícil você regrar isso. Mas você pode regrar de outra forma: não mato, não minto, ajudo o próximo. A questão da poluição do planeta pode ser colocada em figuras jurídicas, que dizem respeito às empresas. Cada empresa deverá instalar seus equipamentos para reduzir a emissão de poluentes, mas não é uma decisão individual. Do ponto de vista ético, é um belíssimo tema. Para que o planeta não vá de mal a pior, é preciso mudar o estilo de vida, e não apenas deixar de fazer meia dúzia de coisas. É o estilo de vida que tem de mudar. Os valores devem mudar. É o valor do consumo. E esses valores não são morais, são éticos: devem dar conta de questões como “Que vida eu quero viver?”, “O que é ser feliz?”. É ter um carro, um microondas, um celular? Acho que a questão do meio ambiente, do planeta, que pelo jeito ninguém descobre, em relação ao clima, essa hipótese de que a Terra está esquentando foi feita em 1967, antes de o homem ir à lua. Mas ela foi concertada durante muito tempo, por *lobbys*, que estavam interessados em aumentar, e não em reduzir os poluentes. Agora há uma unanimidade em relação ao superaquecimento da Terra. Surge uma outra questão: esse planeta não agüenta. Se todos quiserem viver com o padrão de vida dos Estados Unidos, será necessário meia dúzia de planetas Terra. Essa é uma questão radicalmente nova, e as questões novas são interessantes, porque dificultam as velhas idéias, que devem ser reinterpretadas, repensadas.”

Entretanto, por buscarmos compreender como a pessoa constrói biograficamente essa capacidade de julgar o bem e o mal para si e como essa capacidade opera com os valores no cotidiano, também temos de fazer incursões no campo da moral. Como diz La Taille²⁴, e com ele concordamos, psicologicamente essas duas dimensões (moral e ética) se complementam, ou seja, alguém só vai realmente tornar-se um ser moral se isso fizer sentido existencial para o indivíduo. Ou dito de outra maneira, “somente respeita outrem (moral) a pessoa que interpreta este ato como auto-respeito, portanto, como elemento essencial de uma vida que vale a pena ser vivida (ética).”

O estudo dos valores vem sendo tema de reflexão desde a Antigüidade. Só para ficar nos filósofos mais conhecidos podemos mencionar Sócrates, Platão e

²³ (http://www.contee.org.br/docente/materia_6.htm)

²⁴ (<http://www.ip.usp.br/docentes/ytaille/index.htm>)

Confúcio. Entretanto, a ocorrência de estudos *sistemáticos* sobre a natureza, os tipos, ou as origens dos valores é algo recente. Na Filosofia, de acordo com Mondin (2005), foi o último grande problema a surgir e deu origem a um novo campo, a Axiologia.

4.2.

Aspectos históricos do estudo dos valores

Os valores vêm sendo estudados pela Filosofia há longo tempo, mas outras áreas também se interessaram por eles posteriormente, como a Sociologia, a Antropologia e mais recentemente a Biologia (sociobiologia) e a Psicologia Social. Procuraremos nos ater às abordagens da filosofia e da psicologia social neste trabalho. Vejamos, então, um breve resumo de ambas as abordagens.

4.2.1.

Na filosofia

Uma dificuldade da Axiologia, ou teoria dos valores, é a falta de acordo entre suas diversas escolas, não havendo ainda a proposição de uma síntese. Decorre daí outra dificuldade: uma conceituação única de valor requereria abranger todos eles, convergindo e sendo conveniente às várias categorias nas quais se dispersam, como: a honra, o dinheiro, o belo, o dever, o direito etc.

A discussão sobre o que seria “intrinsecamente bom”, e, portanto, de valor, gerou respostas variadas, conforme a perspectiva adotada. Por exemplo, para os hedonistas seria o prazer, para os humanistas a auto-realização harmônica, para os cristãos, o amor a Deus, e assim por diante. Isto quer dizer que a classificação dos valores dependerá do critério adotado de *bem*.

Apesar dessas considerações, a Axiologia aborda o estudo dos valores de modo ampliado, expandindo seu significado e articulando questões econômicas, éticas, estéticas e lógicas, tradicionalmente consideradas em separado – conforme aponta a Enciclopédia de Filosofia (2008). Recuperando em breves linhas a composição deste campo de estudos, temos que:

“Originalmente, o termo valor referia-se principalmente ao valor de troca, como na obra do economista inglês do século XVIII Adam Smith. Durante o século XIX, o termo passou a ser empregado em outras áreas do conhecimento, sob a influência

de diversos pensadores e escolas: os neokantianos Rudolf Lotze e Albrecht Ritschl; Friedrich Nietzsche, autor de uma teoria sobre a transposição dos valores; e Eduard von Hartmann, filósofo do inconsciente que usou pela primeira vez o termo axiologia no título de uma obra, *Grundriss der Axiologie* (1909; *Esboços de Axiologia*). Hugo Münsterberg, considerado o fundador da psicologia aplicada, e Wilbur Urban, autor de *Valuation, Its Nature and Laws* (1909; *A valoração, sua natureza e suas leis*) divulgaram as novas concepções nos Estados Unidos, onde o livro *General Theory of Value* (1926; *Teoria geral do valor*), de Ralph Perry, foi considerado a obra máxima sobre a nova disciplina. Perry definiu valor, inicialmente, como "qualquer objeto, de qualquer interesse", e logo explorou os oito domínios do valor: moralidade, religião, arte, ciência, economia, política, lei e costumes. Alguns autores distinguem valor instrumental de valor intrínseco, ou seja, o que é bom como meio e o que é bom como fim. John Dewey, em *Human Nature and Conduct* (1922; *A natureza e a conduta humanas*) e *Theory of Valuation* (1939; *Teoria da valoração*) tentou, sob um enfoque pragmático, acabar com a distinção entre meios e fins. Seu propósito, na verdade, era afirmar que existem, na vida das pessoas, coisas como saúde, saber e virtude que são boas em ambos os sentidos. Outros autores, no caminho inverso, multiplicaram as categorias de valor e opuseram, por exemplo, o valor instrumental (ser bom para alguma finalidade) ao valor técnico (ser bom para fazer alguma coisa) e o valor contribuinte (ser bom como parte de um todo) ao valor final (ser bom como um todo). (...) Enquanto as ciências descritivas como a sociologia, a psicologia e a antropologia procuram determinar com critérios práticos *o que* é dotado de valor e as *qualidades* do que é valorizado, a filosofia permanece dedicada à tarefa de *questionar a validade objetiva* daqueles critérios." (Enciclopédia de Filosofia, disponível em: <http://br.geocities.com/sidereusnunciussasilva/index.htm>)

Mondin (2005) também resgata, com um pouco mais de detalhe, a história dos estudos axiológicos, a qual procuraremos trazer nos parágrafos restantes desta seção²⁵, de acordo com a visão deste autor. Para ele, é Nietzsche o pai da Axiologia, ainda que tenha sido Lotze o propositor. Isto porque Nietzsche, com sua crítica, buscou derrubar todos os valores absolutos da Lógica (Verdade), da Moral (Virtude), da Metafísica (Ser) e da Religião (Deus), apontando para sua decadência e alienação. Em seu lugar propôs o dinamismo do valor da Vida, uma vida que aceita a si em todas as suas expressões.

Lotze defendeu o estudo de três campos do saber: os *fatos*, as *leis universais* e os *valores*, sendo que estes se refeririam aos fins, enquanto os dois primeiros aos meios. Os meios poderiam ser estudados pela razão analiticamente e

²⁵ Lamentavelmente não foi possível inserir as datas das referências apresentadas por Mondin, já que ele mesmo não as cita nem apresenta bibliografia destas em seu livro. Talvez por destinar este livro a um público não necessariamente acadêmico e por ser autor de diversos outros livros, além de livre docente e diretor da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Urbaniana, em Roma.

mecanicisticamente. Os valores, contudo, somente seriam apreendidos através dos sentimentos e de uma perspectiva espiritualista. A ele seguiram autores como Rickert, Eucken e Hartmann.

Hartmann entende que os valores não se fundamentam nem em Deus (que, em sendo o ser humano livre, não existiria), nem nas pessoas, mas em si mesmos, de modo semelhante ao mundo das idéias, de Platão. Assim, o valor existe independentemente de ser reconhecido, o que nesta lógica leva à conclusão de que não são os valores que variam, mas a percepção deles.

Opuseram-se a Hartmann alguns filósofos alemães, como Ehrenfelds, para quem os valores seriam simples estados subjetivos (desejo e desiderabilidade). Ou melhor, uma relação entre um objeto e um sujeito desejante. Max Scheler (1874-1928) refuta categoricamente a proposição de que os valores sejam meros estados subjetivos. Recebeu grande influência de Husserl e do método fenomenológico. Sua análise afasta as teorias do nominalismo, psicologismo, pragmatismo, formalismo kantiano, idealismo neokantiano, positivismo e outras tendências do século XIX. Para ele, os valores são objetivos e dispostos em uma ordem eterna e hierárquica. Para Perry, na mesma linha de Ehrenfelds, algo tem valor porque é desejado. Já para objetivistas como Hartmann, ocorre o oposto: algo é desejado justamente porque tem valor. Em ambos os casos, se atribui uma propriedade *cognitiva* aos juízos de valor, havendo divergência em relação à inerência do valor nos objetos. Os não-cognitivistas afirmam que os juízos de valor têm uma função emocional, em vez de cognitiva. Já aos existencialistas parece não haver qualquer relação lógica ou ontológica entre fato e valor, pois que o último seria tão somente um resultado de escolhas individuais.

Além da Alemanha, a Axiologia também despertou interesse sucessivamente na Itália (com Stefanini e Prini), na França (com Lavelle e Le Senne), na Espanha (com Ortega e Gasset), Argentina (Derisi), Inglaterra (Moore), EUA (Dewey) etc.

Lavelle considera que valor e bem não se identificam, pois sua relação é análoga a da existência com o ser. O ser, para ele, é *ato*, fonte de toda determinação e valor.

“Como a existência é o ser enquanto se encarna e se torna concreto, assim o valor é o bem, enquanto referido a um objeto que usamos, a uma vontade que se esforça por captá-lo. Como a existência é o ser, enquanto recebe uma forma interior e

individual, assim o valor é o bem, que implica uma atividade que tende a realizá-lo. (...) Portanto, o valor não é uma propriedade estática, mas fortemente dinâmica que provoca o sujeito e o arrasta à ação. O erro mais grave é pensar que o valor seja um objeto que se contempla, enquanto, ao contrário, ele é sempre uma ação que se deve fazer, uma prática que se deve seguir” (MONDIN, 2005, p.183).

Os filósofos neotomistas²⁶ defendem a objetividade dos valores, excluindo tanto a interpretação psicologista que os reduz a sentimentos pessoais, quanto a ultra-realista que faz dos valores realidades em si, semelhantes às idéias platônicas. Sua objetividade reside em ser fundada no ser, mas não enquanto propriedade transcendental do ser, distinta do bem. Para eles, o valor somente se revela no ato em que é efetivamente amado, desejado.

4.2.2. Na psicologia social

Poderia ser interessante percorrer historicamente as tendências da Psicologia Social enquanto ciência, para localizar o leitor. Entretanto, consideramos esta tarefa por demais extensa para a missão que cumpriria, ao ser apenas um detalhe contextual. Assim, ativemo-nos aqui à forma como os valores vêm sendo abordados nesta área de pesquisa.

Entretanto, importa pontuar que o estudo de valores tem recebido diversas influências na Psicologia Social, sobretudo do Positivismo e da Fenomenologia, acrescentando-se posteriormente o Cognitivismo, de Varela. Silva (2008, p.40) recapitula algumas definições de valores:

“Segundo Rodrigues (1975, p. 404):

Valores são categorias gerais dotadas também de componentes cognitivo, afetivos e predisponentes de comportamento, diferindo das atitudes por sua generalidade. Uns poucos valores podem encerrar uma infinidade de atitudes. O valor religião, por exemplo, envolve atitudes em direção a Deus, à Igreja, a recomendações específicas da religião, à conduta dos encarregados das coisas da Igreja, etc. etc. Rokeach (1967) propõe que o estudos dos valores recebam maior ênfase em psicologia social, de vez que, por sua generalidade e número reduzido, fornecem ao psicólogo maiores facilidades de estudo que as atitudes, que são inúmeras e por demais específicas.[...] A característica de generalidade dos valores e de especificidade das atitudes faz com que uma mesma atitude possa derivar de dois valores distintos. Assim, por exemplo, uma pessoa pode ter uma atitude favorável a

²⁶ Maritain, Rintelen, De Finance, Derisi e outros.

dar esmola a um pobre por valorizar a caridade, e outra por valorizar o desejo de mostrar-se potentado e superior.”

Apesar de ambos (valor e atitude) possuírem componentes cognitivos, afetivos e comportamentais, a atitude é mais específica do que um valor e pode ser uma derivação de um ou mais valores. Na continuidade ela aborda a definição de Krüger, para quem o tema “valores” é um dos mais significativos da atualidade:

“Alguns filósofos, notadamente os que se localizam no terreno da Axiologia, avocam a si a análise dos valores, sendo o estatuto ontológico destes considerado o primeiro e o mais importante dos problemas. Que são valores? Seriam entidades exteriores à nossa consciência ou teriam sido gerados por nós mesmos? A verdade é que os valores não se rendem facilmente ao escrutínio dos filósofos; [...]. Contudo, ao menos num momento, a interpretação filosófica encontra-se de acordo com a de psicólogos: os valores pressupõem uma orientação preferencial, afetivamente positiva em relação a um conjunto de objetos, pessoas, situações, condutas e estados finais. Valores são o Belo, a Verdade, o Bem, a Virtude e a Justiça. Não os seus opostos (KRÜGER, 1986, p. 38). [...]

[...] São os valores que nos orientam e fornecem parâmetros para o julgamento, avaliação e adoção de condutas, doutrinas, crenças, ideologias e culturas. Esta é a razão pela qual o tema dos valores desfruta de uma particular atenção junto aos psicólogos. Uma das alternativas psicológicas disponíveis para o entendimento dos valores é a que se alicerça no Cognitivismo. Sob esse prisma, os valores são dotados de uma estrutura atitudinal, mas com a característica, que já assinalamos, de não se aplicarem a objetos particularizados. A rigor, sob esse ângulo de apreciação, as atitudes denotam valores, pois, manifestando-se em relação a objetos mais claramente delineados, extraídos (ao menos logicamente) do campo de aplicação do valor correspondente, ensejam ilações quanto àqueles. Convém ilustrar: a reprovação ou condenação da má qualidade do ensino oferecido a pessoas de poder aquisitivo mais limitado, eventualmente manifestada por alguém, permite a conclusão de que, provavelmente, nessa pessoa deve haver uma inclinação favorável à justiça social ou, o que talvez seja mais pertinente afirmar, à crença na igualdade de oportunidades a todos. A atitude, como se está a perceber, é congruente com o valor. Quer dizer, neste caso tem-se acesso à atitude, mas, a partir dela, pode-se chegar, pela inferência, ao valor (KRÜGER, 1986, p. 39).

Citando Rokeach, Krüger mostra que o teórico define valor de outro modo:

[...] interpreta-os como crenças duradouras a respeito de condutas e estados finais da existência classificados como desejáveis (KRÜGER, 1986, p. 39).

Krüger complementa:

Em seus estudos, Rokeach (1981, cap. 7) preservou a diferença entre valores instrumentais (que se referem a formas de ação admitidas como desejáveis) e valores terminais, concernentes a estados futuros imaginados como preferíveis a utros. Um mundo de paz, por exemplo (KRÜGER, 1986, p. 40; grifos do autor).”

Finalmente, Silva (2008) tratando de valores e necessidades, mostra que muitos pesquisadores os tratam como sinônimos: Maslow (1959), Murray (1938), White (1951), French e Kahn (1962), todos citados por Rokeach (1973, p. 19). Entretanto, Rokeach (1973, p.20) os diferencia com o exemplo de um rato: ele tem necessidades, porém não se pode afirmar ter valores. Para ele, valores são representações e transformações cognitivas das necessidades e o homem é o único capaz de fazer tal representação e transformação.

Embora tenha início no século XX (Thomas; Znaniecki, 1918), o tema dos valores humanos em Psicologia Social vem se constituindo objeto de pesquisa científica de modo mais concreto nos últimos 30 anos. Segundo Gouveia (2001, p. 133-134), a publicação do livro *The nature of human values*, de Milton Rokeach, em 1973, assentou quatro grandes realizações:

“(1) propôs uma abordagem que reuniu aspirações de diversas áreas, como a Antropologia, a Filosofia, a Sociologia e, por suposto, a Psicologia; (2) diferenciou os valores de outros construtos com os quais costumavam ser relacionados, como as atitudes, os interesses e os traços de personalidade; (3) apresentou um instrumento que, pela primeira vez, tratava de medir os valores como um construto legítimo e específico; e (4) demonstrou sua centralidade no sistema cognitivo das pessoas, reunindo dados sobre seus antecedentes e conseqüentes.”

Ainda seguindo o raciocínio de Silva (2008), observa-se que Rokeach (1973) formulou sua definição baseado em cinco suposições:

“a) o número total de valores que uma pessoa possui é relativamente pequeno; b) todos os seres humanos possuem os mesmos valores em diferente graduação; c) os valores são organizados em sistemas de valores; d) os antecedentes dos valores humanos podem ser rastreados através da cultura, sociedade e suas instituições e personalidade; e) as conseqüências dos valores humanos se manifestarão em, virtualmente, todo fenômeno que os cientistas sociais possam considerar digno de investigação e compreensão.”

Para ele, segundo Silva (2008), essas suposições representam razões para sustentar que o conceito de valor, mais que qualquer outro, possa ocupar uma posição central para todo o campo das ciências sociais – sociologia, antropologia, psicologia, psiquiatria, ciências políticas, educação, economia, e história. Sua definição de valor, então, é:

“um valor é uma crença persistente em um modo de conduta específica ou um ‘estado final’ (ou meta final) de existência, sendo estes, pessoalmente ou

socialmente, preferíveis a outros modos opostos (ou inversos) de conduta ou estado final de existência. Um sistema de valores é uma organização de crenças persistente (ou resistente) que diz respeito a modos preferíveis de conduta ou estados finais de existência através de um ‘continuum’ de considerável importância” (ROKEACH, 1973, p. 5).

Rokeach (1973) detalha cada parte da definição. Nas palavras de Silva (2008, p.45-47, destaques nossos):

“a) **O valor é persistente ou resistente:** ele considera que se os valores fossem completamente estáveis e firmes, mudanças individuais e sociais seriam impossíveis. Por outro lado, se fossem instáveis, a continuidade da personalidade e da sociedade estaria em risco. Qualquer definição de valor, para ser frutífera, precisa levar em conta a característica de persistência (ou resistência) dos valores assim como a de possibilidade de mudança. Ele propõe que o motivo desse paradoxo está relacionado a aprender-se valores separadamente. Apresenta uma analogia, dizendo que pensa-se, fala-se e tenta-se ensinar aos outros os valores pessoais, como se fossem absolutos, relacionados a algum momento específico pelo qual vive-se, esquecendo-se dos outros. Porém, para compreender-se o comportamento de uma pessoa em uma determinada situação é preciso considerar que há um conjunto de valores ativos e concorrentes no direcionamento deste;

b) **O valor é uma crença:** ele considera que existam três tipos de crenças:

- crenças descritivas ou existenciais que podem ser falsas ou verdadeiras;
- crenças avaliativas: cujo objeto da crença é julgado como bom ou mau;
- crenças prescritivas ou proscritivas: que dão significado ou o objetivo final das ações e as julga como desejáveis ou indesejáveis.

Um valor é uma crença do terceiro tipo (prescritiva ou proscritiva). Assim com as crenças, para Rokeach, valores têm componentes cognitivos, afetivos e comportamentais e explica:

a) um valor é uma cognição sobre o que é desejável;

b) um valor é afetivo, visto que é possível sentir uma emoção sobre ele, ser afetivamente a favor ou contra ele, aprovar quem apresente exemplos positivos ou desaprovar aqueles que demonstram exemplos negativos;

c) um valor tem um componente comportamental por ser uma variável interviniente que conduz a ação quando ativado.

c) o valor refere-se a um **modo de conduta ou ‘meta final de existência:** Rokeach explica que na definição, ao considerar que valores dizem respeito a modos de conduta ou estados finais de existência, ele refere-se a dois tipos de valores: instrumentais e terminais. Ou seja, para ele, há uma distinção entre valores-instrumentais (de mediação) e valores-finais (relativos a objetivos ou metas

existenciais finais). Ele cita vários autores que observaram essa diferenciação e comenta sobre alguns que concentraram sua pesquisa exclusivamente em um desses dois tipos. Entre os mais conhecidos, Rokeach considera que Kohlberg e Piaget se focaram mais naqueles valores relacionados ao modo de vida; enquanto Allport, Vernon e Lindzey, e Maslow focaram-se mais sobre os valores terminais, representantes de metas ou objetivos finais na vida.

Ele considera essa distinção muito importante, não podendo ignorá-la. Razões: o número total de valores terminais não é necessariamente o mesmo que o total de valores instrumentais, além disso, existe uma relação funcional entre eles que não pode ser ignorada.

Ele sugere que, entre várias classificações possíveis, uma precisa ser especialmente mencionada, a de que: valores terminais podem ser autocentrados ou sociocentrados, com foco intrapessoal ou interpessoal. Por exemplo: metas finais de salvação ou paz de espírito são intrapessoais enquanto paz mundial e fraternidade são interpessoais.

Outra distinção ocorre entre os valores instrumentais. Geralmente, eles variam em um eixo entre valores morais e valores de competência. O conceito de valor moral é muito próximo do conceito geral de valor, mas difere deste, pois eles se referem principalmente aos tipos de comportamentos e não necessariamente dizem respeito a estados finais ou metas finais da existência. Por outro lado, valores morais referem-se somente a alguns tipos de valores instrumentais, ou seja, àqueles que têm foco interpessoal, os quais quando violados, provocam pontadas na consciência ou sentimentos de culpa por ter feito 'a coisa errada'. Outros valores instrumentais são chamados de competência ou valores de auto-realização, têm um foco mais pessoal que interpessoal e não parecem dizer respeito especificamente a moralidade. Sua violação (ou transgressão) conduz a sentimentos de vergonha sobre sua inadequação pessoal mais que a sentimentos de culpa ou estar fazendo 'a coisa errada'. Assim, agir honesta e responsabilmente conduz a pessoa a sentir que está agindo moralmente, enquanto agir lógica, inteligente e criativamente a faz sentir que está sendo competente. Uma pessoa pode sentir conflitos entre dois valores morais (ex.: agir honestamente ou com amor), entre dois valores de competência (como criativo e logicamente), ou entre um valor moral e um de competência (como: agir polidamente e oferecer suas críticas intelectuais);

d) o valor é uma preferência assim como uma noção do que é preferível: esse tópico fala da importante diferença entre a concepção do que seja desejável e meramente desejado. Ele ressalta a dificuldade de acordo em torno do que seja desejável;

e) o valor é uma noção de alguma coisa que é pessoal e socialmente preferível. Rokeach comenta que uma das mais interessantes propriedades dos valores é que parecem poder ser empregados com extraordinária versatilidade no dia-a-dia das pessoas. Ao mesmo tempo em que, de fato, sabe-se muito pouco sobre as condições que permitem que os valores sejam aplicados tão diversamente.

Explicando sobre a criação dos sistemas de valores, ele propõe que após um valor ser aprendido ele se integra em um **sistema de valores** no qual cada valor é ordenado por prioridade com relação a outros valores. Dessa forma, com essa concepção de valores relativizada é possível definir *mudança* como uma

reordenação de prioridades e, ao mesmo tempo, observar que o sistema completo de valores como relativamente estável todo o tempo. É um sistema estável o suficiente para refletir persistência e continuidade de uma única personalidade socializada com um padrão dado pela cultura e a sociedade, e ainda instável o suficiente para permitir rearranjos de prioridade de valores como resultado de mudanças na cultura, na sociedade e pela experiência pessoal.

Variações nas experiências pessoais, sociais e culturais podem não somente gerar diferenças individuais nos sistemas de valores, mas também diferenças na sua estabilidade. Ambos os tipos de diferenças individuais podem razoavelmente serem esperados como um resultado de diferenças em cada variável como desenvolvimento intelectual, grau de internalização de valores culturais e institucionais, identificação com papéis de gênero (feminino/masculino), identificação política e educação religiosa.”

Silva acompanha a discussão de Rokeach acerca do número de valores instrumentais e terminais (estes em uma dúzia, apenas); da relação entre estes dois tipos de valores (sistemas separados, porém interconectados); da função de guias cotidianos dos valores e de planos de decisão e resolução de conflitos do sistema de valores. Concorda com ele quanto à forte correlação entre valores e motivação, pois os valores devem dar expressão às necessidades básicas humanas. Assim, conclui mostrando as funções dos valores, atribuídas por Rokeach (1973):

“a) motivacional;

b) de adaptação (ou ajustamento);

c) autodefesa (ou defesa do ego);

d) de conhecimento ou auto-atualização, pois muitas pessoas buscam sentido, ou a necessidade de compreender a vida, a tendência para através de uma melhor organização de sua percepção e crença prover clareza e consistência” (SILVA, 2008, p.50).

Silva indica que Rokeach diferencia o modo como define valores do modo utilizado por Maslow, afirmando que este utiliza o conceito de valor mais ou menos como um sinônimo de necessidade, sem distinção entre valores instrumentais e terminais, relacionando valores muito mais a estados finais do que a formas de comportamento. Apesar disso, Rokeach enfatiza a possibilidade de uso da classificação entre valores básicos e elevados.

Apesar da pequena quantidade de valores de cada pessoa, suas combinações são enormes, havendo por isso grandes variações de sistemas de valores.

Considere-se, por exemplo, fatores como cultura, sociedade, instituições, personalidades.

Porém, acredita Silva (2008), a influência cultural pode ser forte o suficiente para modelar os sistemas de valores de quem vive sob a mesma cultura. Ela recorre ao próprio Rokeach para quem as semelhanças poderiam advir ainda de similaridades de sexo, idade, classe social, raça, identificação política. Uma mesma sociedade e época tenderia a proporcionar experiências afins e necessidades semelhantes, reduzindo as diferenças.

Nesse sentido, o conceito de campo ambiental e de sujeito ecológico, de Isabel Carvalho (2002), mostra-se novamente útil, podendo auxiliar a identificar a semelhança entre os valores de nossos sujeitos.

Vários pesquisadores seguiram Rokeach (BRAITHWAITE; LAW, 1985; FEATHER, 1984; SCHWARTZ; BILSKY, 1987). Contudo, as críticas (GOUVEIA, 1998; MOLPECERES, 1994; TAMAYO, 1997) à estrutura de sua pesquisa levaram à formulação de outros modelos teóricos (GOUVEIA, 1998), dentre os quais se destaca o modelo de Shalom H. Schwartz e seus colaboradores (SCHWARTZ; BILSKY, 1987, 1990; TAMAYO; SCHWARTZ, 1993; GRAD, ROS, ÁLVARO; TORREGROSA, 1993). (*In*: SILVA, 2008)

O modelo teórico de Schwartz é uma extensão do modelo proposto por Rokeach, porém, buscando corrigir falhas encontradas em sua perspectiva experimental. Uma das correções é a ênfase que passa a ser dada na base motivacional para explicação da estrutura dos valores. Outra, bastante relevante, é a sugestão da universalidade da estrutura e do conteúdo dos tipos motivacionais de valores. Para os psicólogos sociais este modelo tem se mostrado parcimonioso, e consistente, inclusive quanto à sua validade transcultural (SCHWARTZ; SAGIV, 1995). Análises intraculturais são também favoráveis, como se constatou no Brasil (TAMAYO, 1994; TAMAYO; SCHWARTZ, 1993) e em outros países de padrão cultural próximo, como Espanha (ROS; GRAD, 1991; VERA; MARTÍNEZ, 1994), México (BILSKY; PETERS, 1999) e Portugal (MENEZES; CAMPOS, 1997) (GOUVEIA et al., 2001).

Os experimentos da Psicologia Social tornaram mais compreensíveis a natureza e a estrutura dos valores, de modo que passaremos a explorar estes aspectos a seguir.

4.3. Definindo valores: tipos e estrutura

De acordo com Mondin (2005, p. 27; 29), valor é “a dignidade de uma coisa” e esta dignidade provoca a estima, nos leva à valorização. (...) Assim como o verdadeiro nasce da relação do ser com o conhecimento, o belo de sua relação com a admiração, assim o valor nasce de sua relação com a estima”, e desta sua natureza relacional depreendem-se duas dimensões: a subjetiva e a objetiva. O valor é objetivo na medida em que “está radicado no ser, é um dos seus aspectos fundamentais.” Mas, para entender a natureza do valor é preciso também considerar sua dimensão subjetiva, ou seja, a estima, o respeito por parte do ser humano. Nas palavras de Mondin (2005, p. 30):

“Como não brota a beleza sem a admiração, nem a bondade sem a vontade, assim também, não floresce a dignidade de um ser ou de um ente sem a estima. De fato, o valor emerge no momento em que surge um sujeito, o homem, que realiza um ato positivo de valorização, de estima, e que, assim, reconhece a dignidade de uma coisa, de uma pessoa ou de uma ação (...).”

Para o filósofo citado, os valores podem ser classificados em três grupos: *econômicos* (relativos à preservação da vida, saúde, prazer do corpo), *culturais* (que contribuem para o cultivo mental), *espirituais* (que auxiliam o aperfeiçoamento do espírito). A referência para proceder a esta divisão é a idéia de *projeto*, projeto de ser humano, projeto de humanidade, que cada pessoa tenha. Isto porque os valores não são vividos por uma natureza humana abstrata, mas por pessoas concretas, históricas. Assim, cada pessoa, para a “realização do próprio projeto de humanidade, pode estar mais interessada em alguns valores (econômicos, culturais, espirituais) que em outros” (MONDIN, 2005, p.36). Entretanto, o autor ressalta que a utilização desta idéia não faz desaparecer a distinção entre *valores absolutos* (que merecem respeito e têm dignidade em si mesmos) e *valores instrumentais* (cuja dignidade e mérito de estima dependem da ajuda que conferem à realização dos valores absolutos).

Mondin afirma reconhecer a escala de valores proposta por Scheler, cuja divisão permite distinguir os vários graus dos valores (hedonistas, vitais, espirituais e religiosos). Porém, aponta sua inadequação funcional para determinar as grandes áreas axiológicas, propondo, então, uma classificação empírica, que pretende sistematizar tudo que possua uma dimensão axiológica. Tais grupos de

valores são: ônticos, pessoais, sociais, econômicos, culturais, somáticos, noéticos, estéticos, morais, religiosos. Em sua tipologia, cada grupo tem um valor principal, ao redor do qual são dispostos vários outros. Por exemplo, no grupo dos *valores morais*, teríamos como valor primário a *bondade*, e ao redor dela estariam dispostos numerosos outros, como prudência, justiça, coerência, generosidade, perdão, amor, entre muitos outros.

Entrando na perspectiva da Psicologia Social, para Rokeach (1973), há uma relação direta entre valores e necessidades. Assim, os valores básicos seriam *categorias de orientação desejáveis*, baseadas nas *necessidades humanas* e nas *pré-condições* para satisfazê-las. A adoção destas categorias de orientação, ou valores, pode variar em sua magnitude e nos elementos que as constituem.

A idéia de *categoria de orientação* pressupõe o entendimento de valor como algo distinto de crença ou atitude. Existem inúmeras definições para a atitude, mas a maioria considera ser ela composta de:

- “a) um componente cognitivo (a convicção ou pensamentos da pessoa quanto a objeto social);
- b) um componente afetivo (ou os sentimentos que se tem com relação à alguém ou algum objeto social);
- c) o componente comportamental (ou a predisposição para a ação que se tem quanto ao mesmo objeto social) (WEITEN, 2002, p. 483; HUFFMAN et al., 2003, p. 616)” (SILVA, 2008, p.39).

Silva (2008) lembra que, para Rokeach (1973), uma das funções psicológicas das atitudes é a *expressão* de valores. Rokeach (1973, p. 18) diferencia valor de atitude da seguinte forma:

- “a) considerando que a atitude se refere a uma organização de várias crenças sobre um objeto ou situação específica; enquanto, um valor se refere a uma única crença de um tipo muito específico;
- b) um valor transcende objetos e situações, enquanto uma atitude é focada sobre um objeto ou situação;
- c) uma terceira diferença ainda pode ser observada: um valor é um padrão mas uma atitude não é padronizada. Avaliações favoráveis ou desfavoráveis de numerosas atitudes diante de objetos e situações podem se basear em um número relativamente pequeno de valores que servem como padrão (ou princípios norteadores);

d) uma pessoa tem tantos valores quanto ela possa ter aprendido, crenças concernentes a modos de conduta desejáveis e estados finais de existência, e tantas atitudes quanto tenha direta ou indiretamente experimentado com objetos e situações específicas. Por isso se estima que as pessoas tenham uma dúzia de valores, enquanto o número de atitudes pode girar em torno de milhares;

e) valores ocupam uma posição mais central que as atitudes na constituição da personalidade e sistema cognitivo de uma pessoa, e eles são por isso determinantes das atitudes assim como do comportamento;

f) valor é um conceito mais dinâmico que atitude, tendo uma conexão mais direta com motivação” (ROKEACH, 1973 citado por SILVA, 2008).

Trata-se de conceber os valores como construtos latentes, tais como a inteligência e os traços de personalidade, fazendo-se perceber no comportamento cotidiano das pessoas. Portanto, são ferramentas que capacitam as pessoas a viverem em sociedade. Esta definição vem ao encontro das proposições de Puig quanto à natureza da consciência moral.

O fato de ser desejável significa serem eles corretos ou justificáveis do ponto de vista moral ou racional, podendo se referir tanto a um desejo *pessoal* como a uma orientação *socialmente* desejável. As pré-condições de satisfação das necessidades guiam o comportamento no sentido de evitar a predominância de interesses estritamente pessoais em questões que possam ameaçar a harmonia social.

Entretanto, pontua Gouveia (2003, p.433, destaque nosso), o

“fato dos valores serem representações das necessidades não significa que estes são construtos isomorfos (Kluckhohn, 1951). Embora o número de valores seja limitado, devido à natureza claramente social e cultural que têm, eles superam o número de necessidades. Os valores são uma consequência mais do processo de socialização do que um resultado estrito das condições de escassez vividas pelo homem (Inglehart, 1990). Isso significa que as pessoas não dão importância apenas ao que não têm, mas também ao que é *reconhecido* como sendo importante para suas vidas e o que elas desejam ou receiam perder. (...) [Sendo] construtos latentes, os valores podem ser operacionalizados por diferentes itens, e isso pode levar a construir um banco de itens facilmente adaptável para um contexto cultural ou interesse específico de pesquisa.”

A questão do *reconhecimento* enquanto critério para definição de um valor aproxima, neste aspecto, a abordagem psicológica social da abordagem filosófica de Mondin, para quem a essência dos valores é a dignidade reconhecida de algo.

Todavia, reconhecer a dignidade, isto é, que algo seja merecedor de respeito, é uma abordagem mais genérica, que leva a classificar inúmeras coisas

como valor, sejam elas traços, atitudes, crenças, entre outros itens. Reconhecer uma necessidade é algo um pouco distinto, porque prioriza as categorias de orientação a partir de fatores de influência inevitável na existência humana.

Tratar valor como categoria de orientação desejável, baseada nas necessidades humanas e nas pré-condições para satisfazê-las implica explicitar de que tipo de necessidades se está falando. Gouveia (2001), em seu experimento, lança mão da Teoria das Necessidades de Maslow, no que se refere à sua lista de necessidades humanas, que incluem, nesta ordem, necessidades fisiológicas, de segurança, de amor, de pertença, cognitivas, estéticas, de estima e de auto-realização, bem como as pré-condições para satisfazê-las²⁷.

Na pesquisa de Gouveia, um conjunto de 24 valores básicos foi identificado a partir destes critérios. Com isso não se pretende dizer que os valores humanos sejam universais individualmente, mas que

“seriam universais as motivações que os sustentam. Estas dariam origem aos tipos de valores ou tipos motivacionais, os quais são tratados em termos do seu conteúdo e da sua relação dinâmica de compatibilidade e conflito entre si” (GOUVEIA, 2001, p.135).

Identificar os valores básicos tem sido um esforço de pesquisa de diversos pesquisadores e filósofos. Por isso, esta expressão, *valores básicos*, tem sido usada para descrever diferentes *atributos* dos valores: grau de generalização (valores culturais, valores universais), número de valores que são adotados pelos indivíduos, ênfase em processos básicos que representam (necessidades, motivos) ou existência de alguma ordem dimensional (tipos de valores, valores de primeira ou segunda ordem).

Gouveia (2001) investigou a existência e natureza de valores básicos da humanidade, classificando-os tipologicamente conforme sua correspondência a

27 “Maslow vê o ser humano como eternamente insatisfeito e possuidor de uma série de necessidades, que se relacionam entre si por uma escala hierárquica na qual uma necessidade deve estar razoavelmente satisfeita, antes que outra se manifeste como prioritária. Nesta hierarquia, o indivíduo procura satisfazer suas necessidades fisiológicas, fundamentais à existência, e necessidades de segurança, antes de procurar satisfazer as necessidades sociais, as necessidades de estima e auto-realização.

O conceito de auto-atualização tem relevante papel na teoria de Maslow que o definiu como o uso e a exploração plenos de talentos, capacidades, potencialidades etc (FADIMAN, 1979). Para Maslow, auto-atualizar significa fazer de cada escolha uma opção pelo crescimento, escolha esta que depende de o indivíduo estar sintonizado com sua própria natureza íntima, responsabilizando-se por seus atos, independentemente da opinião dos outros.” (ALVES, BIANCA. <http://www.existencialismo.org.br/jornalexistencial/biancamotivacao.htm>, 28/03/08).

necessidades fundamentais ou condições para satisfazê-las. Para isso, considerou (e criticou) pesquisas e tipologias propostas anteriormente por Braithwaite, Law (1985); Braithwaite, Scott (1991); Chinese Culture Connection (1987); Coelho Júnior (2001); Inglehart (1990); Kraska, Wilmoth (1991); Lapin (1997); Lee (1991); Levy (1990); Parra (1983); Reeve, Sickenius (1994); Rokeach (1973); Schwartz (1992); Schwartz, Bilsky (1987); Walsh et al. (1996).²⁸

A partir daqui, importa esclarecer que trabalhamos com a perspectiva de Gouveia, que nos pareceu mais adequada às necessidades desta pesquisa. Listamos a seguir os valores básicos, encontrados por Gouveia (2001), apresentados na respectiva categoria de necessidade ou de pré-condição.

- **Necessidades Fisiológicas** (água, sol, alimento, oxigênio, sexo, moradia)

a) *Sobrevivência*. O valor *sobrevivência* representa as necessidades mais básicas, como comer e beber. A privação dessas necessidades por um longo período de tempo é fatal. Evidentemente funciona ao modo de princípio-guia na

28 Braithwaite, V. A., & Law, H. G. (1985). Structure of human values: testing the adequacy of the Rokeach Value Survey. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49, 250-263.

Braithwaite, V. A., & Scott, W. A. (1991). Values. In J. P. Robinson, P. R. Shaver & L. S. Wrightsman (Orgs.), *Measures of personality and social psychological attitudes* (pp. 661-753). Nova York: Academic Press.

Chinese Culture Connection, T. (1987). Chinese values and the search for culture-free dimensions of culture. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 18, 143-164.

Coelho Júnior, L. L. (2001). Uso potencial de drogas em estudantes do ensino médio: sua correlação com as prioridades axiológicas. Dissertação de Mestrado não-publicada. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Inglehart, R. (1990). *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Kraska, M. F., & Wilmoth, J. N. (1991). LISREL model of three latent variables from 19 meaning of work items for vocational students. *Educational and Psychological Measurement*, 51, 767-774.

Lapin, N. I. (1997). Modernization of Russians' basic values. *Sociological Research*, 36, 6-35.

Lee, K. C. (1991). The problem of appropriateness of the Rokeach Value Surveys in Korea. *International Journal of Psychology*, 26, 299-310.

Levy, S. (1990). Values and deeds. *Applied Psychology: An International Review*, 39, 379-400.

Parra, F. (1983). *Elementos para una teoría formal del sistema social: una orientación crítica*. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense.

Reeve, J., & Sickenius, B. (1994). Development and validation of a brief measure of the three psychological needs underlying intrinsic motivation:

Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. Nova York: Free Press.

Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In M. Zanna

(Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 25, pp. 1-65). Nova York: Academic Press.

Schwartz, S. H., & Bilsky, W. (1987). Toward a universal psychological structure of human values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 550-562.

Walsh, B. D., Vacha-Haase, T., Kapes, J. T., Dresden, J. H., Thomson, W. A., & Ochoa-Shargey, B. (1996). The values scale: differences across grade levels for ethnic minority students. *Educational and Psychological Measurement*, 56, 263-275.

vida daquelas pessoas socializadas em um contexto de escassez, mas também na daquelas que atualmente vivem sem os recursos econômicos básicos.

b) *Sexual*. Este valor representa a necessidade fisiológica de sexo, comumente encontrado enquanto padrão de orientação para jovens ou pessoas que foram/são privadas deste estímulo.

c) *Prazer*. Corresponde à necessidade orgânica de satisfação, em sentido amplo. Apesar de relacionado com o valor anterior, difere deste porque a fonte da satisfação é inespecífica.

d) *Estimulação*. Representa a necessidade fisiológica de movimento, variedade e novidade de estímulos. Enfatiza o estar ocupado e em atividade permanentemente, e descreve alguém que é impulsivo.

e) *Emoção*. Representa a necessidade fisiológica de excitação e busca de experiências arriscadas. Difere do valor anterior devido à ênfase dada ao risco, que necessita estar sempre presente. As pessoas que adotam este valor são menos conformadas às regras sociais. Este é considerado como parte do valor estimulação ou estimulação social.

• **Necessidade de Segurança** (estar livre do medo e das ameaças, de não depender de ninguém, de autonomia, de não estar abandonado, de proteção, de confidencialidade, de intimidade, de viver num ambiente equilibrado)

a) *Estabilidade Pessoal*. A necessidade de segurança é parcialmente representada por este valor. Enfatiza uma vida planejada e organizada. As pessoas que assumem esta orientação tentam garantir sua própria existência. Provavelmente configure o tipo motivacional de segurança, e pode ser relacionado com itens específicos, tais como *ter um trabalho estável e segurança econômica*.

b) *Saúde*. Este também representa a necessidade de segurança. A pessoa que adota este valor lida com um drama pessoal originado na incerteza implícita na doença. Assim, o indivíduo se orienta a manter um estado ótimo de saúde, evitando coisas que possam ameaçar sua vida. Também inclui a busca genérica por *bem-estar*.

c) *Religiosidade*. Este valor também representa a necessidade de segurança. Indépende de qualquer preceito religioso. É reconhecida a existência de uma entidade superior, através da qual se pode lograr a certeza e a harmonia social requeridas para uma vida pacífica.

d) *Apoio Social*. Este valor representa a necessidade de segurança. Expressa a segurança no sentido de não se sentir sozinho no mundo e receber ajuda quando a necessite. Recebe diferentes rótulos: *amigos próximos que me ajudem, solidariedade com os demais e contato social*.

e) *Ordem Social*. Este valor completa a lista daqueles que representam a necessidade de segurança. Implica uma escolha de alguém orientado a padrões sociais que assegurem uma vida diária tranqüila, um ambiente estável. A exemplo, os seguintes itens podem representá-lo: *ordem nacional, proteção da propriedade pública e segurança nacional*.

- **Necessidade de amor e pertença** (afiliação, afeto, companheirismo, relações interpessoais, conforto, comunicação, dar e receber amor).

a) *Afetividade*. Este valor e o seguinte representam a necessidade de amor e afiliação. As relações próximas e familiares são enfatizadas, assim como a partilha de cuidados, afetos e pesares. Relaciona-se com a vida social. Geralmente é representado por itens como *amizade verdadeira, amigo próximo, íntimo, ou satisfazer relações interpessoais*.

b) *Convivência*. Enquanto o valor anterior descreve uma relação direta pessoa-pessoa, com ênfase na intimidade, este é centrado na dimensão pessoa-grupo e tem um sentido de socialização (por exemplo, pertencer a grupos sociais, conviver com os vizinhos).

c) *Êxito*. Este valor e os dois seguintes representam a necessidade de estima. O êxito enfatiza ser eficiente e alcançar metas. As pessoas que adotam este valor têm uma idéia clara de sucesso e tendem a se orientar nessa direção.

Em nossa sociedade, a tendência no enfoque da vivência dos dois valores seguintes é de uma perspectiva patológica, embora existam exceções, claro.

d) *Prestígio*. Enfatiza a importância do contexto social. Não é uma questão de ser aceito pelos demais, mas de ter uma imagem pública. Os indivíduos que assumem este valor reconhecem a importância dos demais, *desde que* isso resulte em seu próprio benefício. O fator *posição social* tem um conteúdo similar a este valor, mas considera um aspecto de *autoridade* que define o valor *poder*.

e) *Poder*. Este valor é menos social do que o anteriormente tratado. As pessoas que lhe atribuem importância podem não ter a noção de um poder socialmente constituído. É provavelmente o valor menos socialmente desejado

entre aquelas pessoas com uma orientação social horizontal (por exemplo, estudantes universitários).

- **Necessidade de auto-realização** (auto-expressão, utilidade, criatividade, produção, diversão e ócio)

Maturidade. A necessidade de auto-realização é representada por este valor. Enfatiza o sentido de auto-satisfação de uma pessoa que se considera útil como um ser humano. Os indivíduos que priorizam este valor tendem a apresentar uma orientação social que transcende pessoas ou grupos específicos. Apesar de certos elementos como *auto-respeito* e *sabedoria* serem incluídos em seu conteúdo, a idéia central é de *crescimento pessoal*, sendo expresso no fator *auto-realização*.

- **Necessidades cognitivas** (saber, inteligência, estudo, compreensão, estimulação, valia pessoal)

Conhecimento. As necessidades cognitivas são representadas por tal valor, de caráter extra-social. As pessoas orientadas por este valor buscam atualização constante e saber mais sobre temas pouco compreensíveis. Esta definição corresponde a diferentes descrições (por exemplo, imaginativo, criativo, intelectual, curioso, instruído, estudioso, conhecedor, informado).

- **Necessidades de estética** (realização de possibilidades, autonomia pessoal, ordem, beleza, intimidade, verdade, objetivos espirituais)

Beleza. Representa as necessidades de estética. Evidencia uma orientação global, sem uma definição precisa de quem se beneficia com o quê; não significa apreciação de objeto ou pessoa específica, mas a beleza como um critério transcendental. Este valor tem sido relacionado com a natureza e os espaços físicos específicos. Inclui a idéia geral de estética.

Os valores básicos citados²⁹ foram classificados a partir da seleção de necessidades fundamentais. Entretanto, temos ainda os valores relativos às *pré-condições* (numeradas a seguir) para satisfazer necessidades:

1- Pré-condição: liberdade

²⁹ Relembrando: Beleza, conhecimento, maturidade, poder, prestígio, êxito, convivência, afetividade, ordem social, apoio social, religiosidade, saúde, estabilidade pessoal, emoção, estimulação, prazer, sexo, sobrevivência.

a) *Autodireção*. Este e o valor seguinte representam a pré-condição de liberdade para satisfazer as necessidades. Adotar este valor implica em um reconhecimento de auto-suficiência. Alguns valores são encontrados na literatura com uma etiqueta similar, tais como *liberdade, autodeterminação, autonomia e independência*.

b) *Privacidade*. Um espaço privado é necessário no sentido de diferenciar os diversos aspectos da vida pessoal. Aqueles que adotam este valor não rejeitam ou subestimam os demais; apenas reconhecem os benefícios de ter seu próprio espaço íntimo.

2- Pré-condição: justiça

Justiça Social. Este valor representa a pré-condição de justiça ou igualdade para satisfazer as necessidades. As pessoas que dão importância a este valor pensam nos outros enquanto membros a mais da espécie humana. Cada um tem os mesmos direitos e deveres que capacitam uma vida social com dignidade. Em geral é mencionado com esta denominação ou como *igualdade*.

3- Pré-condição: honestidade

a) *Honestidade*. Representa a pré-condição de honestidade e responsabilidade para satisfazer as necessidades. Enfatiza um compromisso em relação aos demais, permitindo manter um ambiente apropriado para as relações interpessoais. As relações em si são consideradas metas.

4- Pré-condição: disciplina

a) *Tradição*. Este valor e o próximo representam a pré-condição de disciplina no grupo ou na sociedade como um todo para satisfazer as necessidades. Sugere respeito aos padrões morais seculares e contribui para aumentar a harmonia social. Os indivíduos sentem necessidade de respeitar símbolos e padrões culturais.

b) *Obediência*. Este valor evidencia a importância de cumprir os deveres e as obrigações diárias, além de respeitar aos pais e aos mais velhos. É uma questão de conduta individual; os membros da sociedade assumem um papel e se conformam à hierarquia social

c) tradicionalmente imposta. Tal valor é típico de pessoas mais velhas ou que receberam uma educação tradicional.

Para melhor visualização do leitor, elaboramos um quadro-resumo com os valores básicos descritos.

Quadro 2 - Relação entre *valores*, *necessidades* e *condições* para realização das necessidades

Condições	Necessidades	Valores				
	Fisiológicas	Sobrevivência	Sexo	Prazer	Estimulação	Emoção
	Segurança	Estabilidade	Saúde	Religiosidade	Apoio social	Ordem social (segurança)
	Afeto ou pertença	Afetividade	Convivência	Êxito	Prestígio	Poder
	Cognitivas	Conhecimento				
	Estéticas	Beleza (natureza e espaços específicos)				
	Auto-realização	Maturidade				
liberdade		Privacidade	Autodireção			
justiça		Justiça social				
honestidade		Honestidade				
disciplina		Tradição	Obediência			

Fonte: autora

Os valores básicos expressam um propósito em si mesmos, configurando categorias-guia que transcendem situações específicas, mas assumidos em magnitudes distintas já que emergem associados às experiências de socialização e dependem do contexto sociocultural de cada pessoa.

Os 24 valores descritos por Gouveia formam um **sistema** baseado em três **critérios de orientação**, cada qual subdividido em duas *funções psicossociais*:

1- pessoal: a) *experimentação* e b) *realização*;

2- central: a) *existência* e b) *suprapessoal*;

3- social: a) *interacional* e b) *normativa*.

Estes três critérios são apresentados ao modo de solução para um longo embate analítico entre posições dicotômicas indivíduo *x* coletividade. A partir daí Gouveia cria um modelo segundo o qual haveria um grupo compatível de valores

tanto com aqueles classificados como pessoais quanto com os sociais, daí a denominação *valores centrais*. Aproximam-se dos chamados valores mistos, do modelo de Schwartz, porém diferindo destes por não indicarem oposição.

Gouveia esclarece que no tocante às funções estabelecidas para cada critério há dois tipos de relação social enfatizados, anteriormente classificados em outros modelos com a nomenclatura liberdade x igualdade (ROKEACH, 1973) ou também orientação vertical x horizontal (TRIANDIS, 1995)³⁰. Assim, as funções psicossociais de *experimentação*, *suprapessoal* e *interacional* representam a dimensão horizontal, visto que primam pelo princípio de igualdade entre as pessoas. Por outro lado, as funções de *realização*, *existência* e *normativa* correspondem à dimensão vertical, indicando que as pessoas são diferentes em suas capacidades e condições de vida. Em síntese, cada critério tem duas funções, uma relacionada ao princípio da igualdade e outra ao princípio da diferença, como visualizado a seguir no quadro que criamos:

Quadro 3 – Modelo de Gouveia para organização do Sistema Básico de 24 Valores

Critério de orientação	Função psicossocial	Dimensão da relação	Princípio da
1- Pessoal	1a) Experimentação	Horizontal	Igualdade
2- Central	2b) Suprapessoal		
3- Social	3a) Interacional		
1- Pessoal	1b) Realização	Vertical	Diferença
2- Central	2a) Existência		
3- Social	3b) Normativa		

Fonte: autora

O modelo proposto por ele diferencia-se do proposto por Triandis (1995) por sua ênfase nos *valores* em lugar das atitudes e ao considerar inexistente a oposição entre as orientações pessoal e social. Esta abordagem origina um conjunto de valores que atende às aspirações pessoais sem comprometer a estrutura social.

³⁰ Triandis, H. C. (1995). *Individualism and collectivism*. Boulder, Colorado: Westview Press.

Ao adotar princípios-guias (ou valores) em suas vidas, as pessoas seguem um padrão típico que implica os critérios de orientação anteriormente mencionados e descritivamente apresentados a seguir.

1- *Valores Pessoais*. As pessoas que assumem tais valores mantêm habitualmente uma relação pessoal contratual, visando alcançar metas pessoais, buscando garantir seus próprios benefícios ou condições em que estes possam ser obtidos. Considerando suas funções psicossociais, podem ser divididos em:

a. Valores de Experimentação: descobrir e apreciar estímulos novos, enfrentar situações arriscadas e buscar satisfação sexual são aspectos centrais destes valores (*emoção, estimulação, prazer e sexual*); e

b. Valores de Realização: além da experimentação de estímulos novos, o ser humano deseja também ser importante e poderoso, uma pessoa com identidade e espaço físico próprios (*autodireção, êxito, poder, prestígio e privacidade*).

2- *Valores Centrais*. Figuram entre e são compatíveis com os valores pessoais e sociais. Atendem a interesses individuais e coletivos. Tomando em conta suas funções psicossociais, os valores centrais podem ser divididos em dois grupos:

a) Valores de Existência: o marco central é garantir a própria existência orgânica (*estabilidade pessoal, saúde e sobrevivência*). A ênfase recai sobre a existência individual, não sobre a individualidade. De modo que os valores de existência se compatibilizam com os pessoais e sociais. São importantes para todas as pessoas, principalmente em contextos de escassez econômica; e

b) Valores Suprapessoais: as pessoas que vivem sob estes valores procuram alcançar seus objetivos independentemente do grupo ou da condição social em que estejam. São indivíduos maduros, com preocupações menos materiais, que não se atêm a traços específicos para iniciar uma relação ou promover benefícios. Tais valores (*beleza, conhecimento, justiça social e maturidade*) enfatizam a importância de todas as pessoas, não exclusivamente daqueles indivíduos que compõem o endogrupo. Com isso, são compatíveis com os valores pessoais e sociais.

3- *Valores Sociais*. Assumir estes valores significa primar pela convivência. O perfil de pessoa que adota os valores sociais é de indivíduos que gostam de ser considerados, desejam ser aceitos e integrados no endogrupo ou pelo menos

manter um nível essencial de harmonia entre os atores sociais em um contexto específico. A partir de suas funções psicossociais, podem ser divididos em:

a) Valores Normativos: enfatizam a vida social, a estabilidade grupal e o respeito por símbolos e padrões culturais duradouros. A ordem é valorizada acima de qualquer coisa (*obediência, ordem social, religiosidade e tradição*); e

b) Valores Interacionais: estes focalizam o destino comum e o compromisso com os demais. A pessoa entende serem os companheiros fundamentais para assegurar sua própria felicidade. Sua especificidade repousa no interesse em ser amado, ter uma amizade verdadeira e uma vida social ativa (*afetividade, apoio social, convivência e honestidade*).

Esta teoria tem sido desenvolvida e testada nos últimos anos, por Gouveia e colaboradores (2001; 2003), diferindo da teoria de Schwartz (1992) nos seguintes aspectos: (1) apresenta uma visão benévola da natureza humana, desconsiderando a idéia de valores negativos ou contra-valores; (2) considera uma teoria específica sobre as *necessidades* humanas, qual seja a de Maslow, permitindo tanto derivar um conjunto de valores potencialmente universais como incluir alguns valores negligenciados na literatura, como sobrevivência; (3) evita incluir valores irrelevantes, raramente considerados em análises posteriores, com isso possibilitando maior parcimônia; e (4) não assume incompatibilidade entre os valores sem referência a variáveis externas.

Apesar das diferenças os modelos de Gouveia e de Schwartz convergem devido à natureza *motivacional* dos valores humanos.

No modelo de Schwartz (1992), com o qual Gouveia debate, existem dez tipos motivacionais universais de valores: autodireção, estimulação, hedonismo, realização, poder, benevolência, conformidade, tradição, segurança e universalismo. Cada um destes dá origem a um grupo de valores, conforme explicitado no quadro por nós elaborado e a seguir apresentado.

Quadro 4 - Tipos motivacionais universais de valores, segundo Schwartz

Autodireção (AD)	Independência no pensamento e na tomada de decisão, criação e exploração (criatividade, independente, liberdade).
Estimulação (ES)	Ter excitação, novidade e mudança na vida (ser atrevido, uma vida excitante, uma vida variada).
Hedonismo (HE)	Prazer ou gratificação sensual para a própria pessoa (desfrutar da vida, prazer).
Realização (RE)	Êxito pessoal como resultado da demonstração de competência segundo as normas sociais (ambicioso, capaz, obter êxito).
Poder (PO)	Posição e prestígio social, controle ou domínio sobre pessoas e recursos (autoridade, poder social, riqueza).
Benevolência (BE)	Preservar e reforçar o bem-estar das pessoas próximas com quem se tem um contato pessoal freqüente e não casual (ajudando, honesto, não rancoroso, ter sentido na vida).
Conformidade (CO)	Limitar as ações, inclinações e impulsos que possam prejudicar a outros e violar expectativas ou normas sociais (autodisciplina, bons modos, obediência).
Tradição (TR)	Respeitar, comprometer-se e aceitar os costumes e as idéias que a cultura tradicional ou a religião impõem à pessoa (devoto, honra aos pais e mais velhos, humilde, respeito pela tradição, vida espiritual).
Segurança (SE)	Conseguir segurança, harmonia e estabilidade na sociedade, nas relações interpessoais e na própria pessoa (ordem social, segurança familiar, segurança nacional).
Universalismo (UN)	Compreensão, apreço, tolerância e proteção em direção ao bem-estar de toda a gente e da natureza (aberto, amizade verdadeira, igualdade, justiça social, protetor do meio ambiente, sabedoria, um mundo em paz, um mundo de beleza).

Fonte: adaptação de Schwartz (1992)

Para ele, tais tipos de valores derivam de três requerimentos humanos universais: as necessidades básicas (organismo), os motivos sociais (interação) e as demandas institucionais para o bem-estar e a sobrevivência dos grupos. Em função de quem se beneficia quando a pessoa adota ou se comporta de acordo com cada tipo de valor, são definidos os diferentes *interesses* que podem cumprir: *individualista* (poder, realização, hedonismo, estimulação e autodireção),

coletivista (tradição, conformidade e benevolência) ou *misto* (segurança e universalismo). Outra classificação no mesmo sentido pode ser efetuada em função das suas dimensões de ordem superior, representadas nos eixos: *autopromoção x autotranscendência* e *abertura à mudança x conservação* (ver ilustração 3).

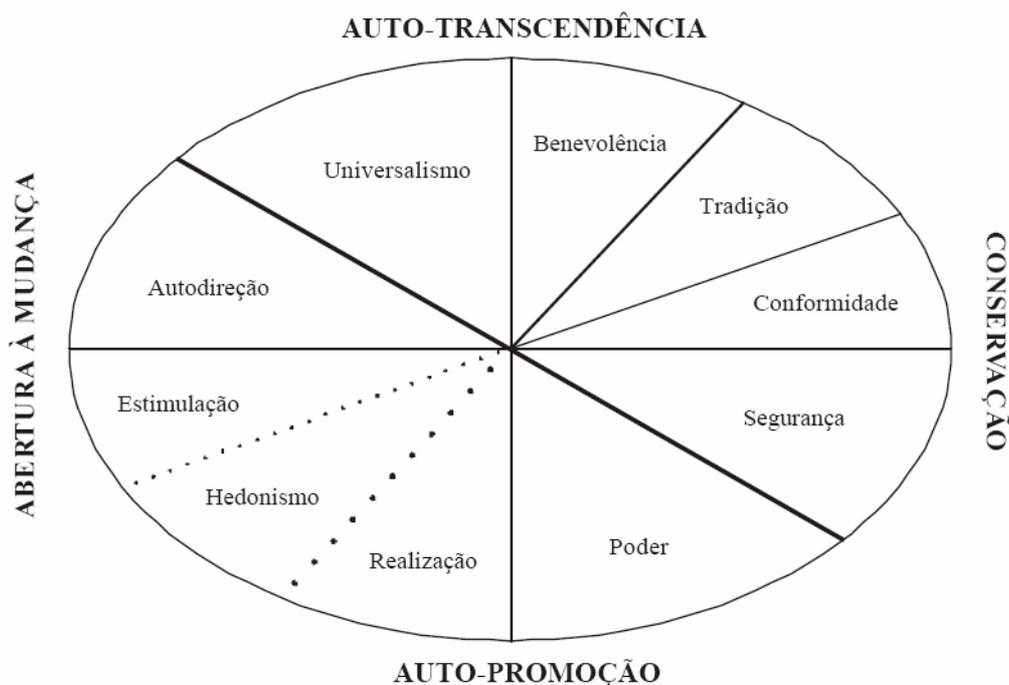


Ilustração 3. Estrutura Bidimensional das Quatro Categorias de Tipos Motivacionais

Fonte: adaptado por Gouveia de Schwartz (1992)

A *abertura à mudança*, representada no lado esquerdo da ilustração 3, refere-se à tendência das pessoas a a) seguir seus interesses (quando predomina a autopromoção) ou b) a se manter conforme as normas sociais (quando predomina a autotranscendência). Já a *conservação*, representada no lado direito da ilustração, refere-se à motivação das pessoas para a) promover seus interesses, mesmo em detrimento dos outros (quando predomina a autopromoção), ou b) transcender os interesses pessoais, promovendo o bem-estar dos outros e da natureza, quando predomina a autotranscendência (SCHWARTZ, 1992).

Tomando como base a raiz motivacional dos valores, Schwartz postula existirem dois tipos básicos de relacionamento entre eles: compatibilidade e

conflito. Pela ilustração 3, observa-se compatibilidade quanto aos valores que são limítrofes e conflito com valores em oposição na figura.

Este modelo já foi utilizado para explicar atitudes e comportamentos pró-ambientais, o uso de preservativo, o trabalho de equipe, a exaustão emocional, o comprometimento organizacional e para comparar os valores de presidiários e agentes penitenciários (COELHO, 2006).

Apesar de bastante interessante a proposta de Schwartz, o modelo de Gouveia atende melhor às necessidades desta pesquisa e foi tomado enquanto referência para nossa análise de dados.

Nas pesquisas brasileiras, têm-se utilizado bastante o modelo de Schwartz. Tamayo *et al.* (1998) consultados por Silva (2008, p. 75-76) explicam as tendências da pesquisa em valores no Brasil, classificando-as em duas grandes abordagens:

a) avaliação de prioridades axiológicas usando agrupamento de valores, tais como: estéticos, econômicos, religioso, políticos, teóricos e sociais; cuja classificação tinha uma base teórico-filosófica sem relação direta com o indivíduo. A teorização sobre quais valores cada grupo deveria ter, incluindo a prática profissional, isto é: sacerdotes enfatizando valores religiosos; homens de negócio, valores econômicos; advogados, os valores políticos; revelava mais sobre a natureza da própria profissão do que sobre as reais prioridades axiológicas do indivíduo;

b) uso de algum instrumento de medida em forma de listagens de valores. A escala mais utilizada tem sido a Escala de Valores de Rokeach (1967) e vários instrumentos de medida posteriores nele se basearam. Nessa escala os valores são estudados individualmente, pois não existe vínculo estrutural entre eles. É possível observar se um ou mais valores se relacionam com determinado grupo (ou profissão), contudo, as atitudes e o comportamento não são determinados pela prioridade dada a um valor particular, mas pela dinâmica existente entre os múltiplos valores implicados simultaneamente na orientação de um comportamento ou atitude.

Os vinte anos de pesquisa de Tamayo acerca dos valores, pontua Silva (2008), recontam a história da pesquisa sobre os valores no Brasil. Abordando aspectos históricos desse tipo de pesquisa no país, ela também resgata Porto (2005, p. 99), que recorda serem as medições por ordenamento (ou *ranking*) ou

avaliação (ou *rating*) antigo debate na área de medida de valores quanto às prioridades axiológicas. A exemplos dos dois tipos de medições³¹ cita:

a) ordenamento: na Escala de Valores de Rokeach (1973);

b) avaliação: utiliza uma escala Likert, ou adaptação desta, atribuindo pesos e investigando a importância de cada valor que faz parte de uma lista.

Nesta investigação, optamos por outro tipo de análise, conforme descrito no próximo capítulo.

4.4. A percepção de valor

De que modo o indivíduo poderia perceber o valor de algo é questão também discutida por diversos filósofos. Para alguns, trata-se de uma disposição de *sentimento*, para outros é uma *intencionalidade objetiva*, enquanto para outros, ainda, a faculdade perceptiva dos valores é a *intuição*.

Na visão de Mondin (2005), todas estas propostas têm sua razão de ser, mas são limitadas. Para ele a percepção dos valores é algo que depende da capacidade de *estimar*, faculdade que abrange aspectos afetivos e intelectuais simultaneamente sem reduzir-se a nenhum deles. Esta faculdade axiológica funcionaria de diferentes modos conforme o grau dos valores em análise, ou seja, cada tipo de valor sofreria um tipo diferente de estimação. Ao modo de exemplos, cita a análise de *valores materiais* a partir da intuição e/ou do raciocínio, para a análise de *valores absolutos subsistentes* (como Deus) seria preciso lançar mão da fé, e já para *valores morais* o mais comum é recorrer à *empatia*.

Ele avalia que a empatia é uma espécie de julgamento por conaturalidade, isto é, os valores seriam percebidos pela afinidade, sintonia, correspondência com nosso projeto de humanidade e, por isso, poderiam conduzir-nos plenamente a sua realização.

A faculdade de estimar teria três funções: a de captar valorativamente, a de preferir, estabelecendo uma hierarquia, e, a de aspirar, que descobre valores novos.

³¹ SILVA (2008, p.76) gentilmente indica as referências para um aprofundamento nos tipos de medição e nas pesquisas desenvolvidas pelos grupos de Brasília e de Goiânia.

Mondin entende que a educação é fundamental e necessária para a percepção e vivência dos valores, mas não para todos os graus. O que ele denomina de valores vitais (ar, água, alimento) receberiam uma estimativa instintiva, mas valores culturais e espirituais exigiriam cultivo, investimento educacional, ainda que houvesse um impulso empático inicial para a manifestação destes.

4.5.

A faculdade de apreciar ou o ato de dar valor

Mondin defende que valor só pode existir onde exista predisposição e preparação para acolhê-lo, reconhecê-lo. Nesta concepção, as coisas têm valor em si. Perceber é que depende do indivíduo. Ou seja, a dignidade das coisas é objetiva, mas “para captá-la é necessária uma adequada *educação da faculdade de apreciação* por parte do sujeito”. (MONDIN, 2005, p.31, destaque meu).

Sendo valor algo só perceptível pelo uso da capacidade de apreciar, importa considerar as implicações desta capacidade, e, para isso, suas características e seu desenvolvimento.

Podemos compreender melhor a estrutura dessa capacidade ao ver sua definição. De acordo com os dicionários eletrônicos Michaelis (2001) e Houaiss (2002), respectivamente, *apreciar* é:

- “Dar apreço a; estimar, prezar. 2. Avaliar, julgar. 3. Considerar.

- Fazer estimativa de; avaliar, julgar; pôr sob exame; considerar, examinar, ponderar; dar valor a, ter em apreço, estimar, prezar; ter consideração por; deleitar-se com; admirar”.

Considerando estas definições, educar a *faculdade de apreciação* seria, portanto, ensinar a prezar, a avaliar ou ponderar, a admirar. O que, em termos de desenvolvimento desta faculdade, nos leva às seguintes questões práticas:

a) como se aprende a prezar? E antes ainda: *o que é prezar?* Segundo Michaelis significa “ter grande estima (afeição) ou simpatia por; estimar; ter em grande consideração (importância); respeitar (honrar: dignificar; / reverenciar)”. Tomando dos aspectos mencionados, ao modo de idéias-eixo, que reúnem a essência do ato de prezar, a *afeição*, a *importância*, e o *respeito* que são dados a algo, somos levados a problematizar o fazer pedagógico em termos de contribuir

para a formação de pessoas que prezem seu estar no mundo da maneira mais amplamente respeitosa (saudável). Com isso, prezando conseqüentemente atitudes, valores e modos de ser que sejam pilares para sociedades sustentáveis. E voltamos à questão inicial: o que nos faz ter *estima* por algo? Em tese, poderíamos dizer que ao menos conhecer, ter familiaridade com a coisa em questão (conviver), acostumar-se a ela. Provavelmente, também, ter experiências de retorno afetivo positivo em relação ao tópico analisado. No caso de nossos entrevistados(as), verificamos que a convivência com belas paisagens (e aqui entra a interferência da estética: o belo levando ao afeto) e/ou com problemas socioambientais (tais como favelização, discriminação, desmatamento: a reflexão crítica pode levar à convocação à ação por perceber-se a importância daquele tema) mobilizou-os a interessar-se, querer compreender e atuar sobre a questão ambiental. A dar valor a coisas que sustentam o que hoje se chama discurso/ação ambientalista: democracia, solidariedade, justiça, cuidado... Já o respeito ao ambiente muitas vezes ocorreu por meio da admiração, do impacto causado pela magnitude da expressão dos fenômenos naturais ou pela compreensão de sua lógica de funcionamento (não à toa, muitos são biólogos e geógrafos). Ou pela admiração resultante da força ou exemplo de pessoas inseridas num contexto de conflito ou problema ambiental e até mesmo pela sensação de impacto ao perceber esse tipo de contexto. E aqui entra a *empatia*. Aprender a ter algo em consideração, dar-lhe importância, pode relacionar-se com o tipo de experiências vividas e reflexões que suscita (ex: conflitos e desigualdade levando à priorização da busca de justiça social, da paz, da equanimidade).

b) como se aprende a avaliar? Lembrando que avaliar (em Michaelis) é reconhecer a grandeza, a intensidade, a força; calcular o merecimento de; verificamos que isso pressupõe tomar contato com o fenômeno em análise e entender seus efeitos e desdobramentos.

De toda forma, parece que o conceito de empatia consubstancia em si ambas as necessidades inerentes ao ato de estimar (apeço e avaliação). De acordo com Houaiss, *empatia* é “a capacidade de se identificar com outra pessoa, de sentir o que ela sente, de querer o que ela quer, de apreender do modo como ela apreende”. É também o “processo de identificação em que o indivíduo se coloca no lugar do outro e, com base em suas próprias suposições ou impressões, tenta compreender o comportamento do outro”. O que, é claro, se tornará tão mais fácil

quanto mais superações tenha feito a pessoa no âmbito do que experimenta o indivíduo analisado. A compreensão depende do autoconhecimento.

Em ambas as situações, se trata de perceber o outro, seja assimilando-o por uma habilidade afetiva e energética, seja por uma via mais teórica racionalizada.

Fica evidente o problema para a Educação quando se contrasta a natureza do aprender a valorizar com a forma defendida - e vivida - pelas sociedades contemporâneas. Nestas, em vez de se buscar o valor das coisas pela ponderação (juízo crítico) e pelo sentimento empático, busca-se fazê-lo precificando, ou seja, reduz-se a existência ao valor de troca e à posse. Ilusão resultante da armadilha paradigmática cujo domínio se estende por esse tipo de sociedade (urbano-industrial-capitalista), na qual a medida de todas as coisas é o dinheiro e o poder.

Em síntese, tomando como válida a proposição de Mondin quanto à necessidade de aprender a apreciar (ou estimar) para determinar o valor de cada coisa enquanto guia que orienta nossas escolhas na vida, podemos concluir que desenvolver um valor depende da capacidade de *ponderar* e de *dedicar afeição* a uma dada realidade.

Mondin (2005) avalia que a hierarquia de valores varia muito, tanto na prática, quanto nos estudos filosóficos. Uma vez que os valores não são coisas abstratas, mas dimensões da realidade, relações essenciais para o ser humano, é preciso haver um critério para estabelecer hierarquia entre os valores. E para Mondin, o critério é a contribuição que a coisa, pessoa, ação pode dar para a concretização do projeto humano. Assim, as diferenças propostas para as hierarquias se devem a diferentes projetos de *humanidade*. O autor exemplifica citando três filósofos e os ápices que geram e sustentam as respectivas hierarquias de valores correspondentes aos seus projetos: Nietzsche e a vontade de poder, Marx e o trabalho, Freud e o prazer.

Apesar das proposições de Gouveia e de Mondin diferirem entre si, pensamos poder aproveitar ambas as definições conjugadamente. Assim, valor seria, para nós, um atributo baseado em nossa capacidade de estimar, isto é, estabelecer relações empáticas com determinados projetos de humanidade em busca de satisfazer determinadas necessidades.

É possível que a capacidade de estimar seja utilizada para o desenvolvimento de valores novos, aqueles que se encontram no campo do almejado, em fase de exercitação – já que pressupõe maior nível de

autoconsciência. Atrevemo-nos a dizer que os valores reais, aqueles que de fato mobilizam comportamentos e ações concretas, são aqueles bem sucedidos no atendimento às necessidades, resultantes de aprendizado já consolidado.

Auxiliar cada pessoa a identificar os próprios valores, avaliá-los em termos de satisfação pessoal e de adequação ao próprio projeto existencial (e de humanidade, conforme diria Mondin) e, enfim, analisá-lo sob a luz da necessidade de mudança paradigmática é ponto de partida para uma educação libertadora. Contudo, a formação de sujeitos ecológicos e de educadores ambientais passa não apenas pelo desenvolvimento e/ou qualificação da empatia, da ponderação, e da qualificação das necessidades, mas também pelo desenvolvimento e/ou fortalecimento dos demais recursos da consciência moral.

Nesta pesquisa, para efeito de análise dos dados, adotamos a tipologia de valores de Gouveia. Ressaltamos, entretanto, que uma compreensão completa do comportamento humano não é possível tomando em consideração apenas uma variável (como valores). O ser humano é complexo e dinâmico. Nenhuma linha da Psicologia ou do conhecimento conseguiu ainda apresentar uma visão global do ser humano, de modo que cada qual busca explicitar a ênfase que lhe interessa.

Destacamos a análise dos valores em função do recorrente discurso no seio da educação ambiental quanto à necessidade – com a qual concordamos, mas sem restringir-nos a ela – de investir na formação, revisão e reformulação de valores em prol da sustentabilidade.

Isto posto, pensamos ser necessário compreender a dinâmica de manifestação dos valores para sermos capazes de contribuir educativamente neste sentido.

4.6. Valores enquanto sistema

Algumas pesquisas indicam haver relação entre formação de valores e atitudes pró-ambientais.

“As atitudes podem ser definidas sucintamente como “uma organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto social definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a este objeto” (RODRIGUES, ASSMAR, JABLONSKI, 1999, p.100).

Assim, as atitudes ambientais podem ser consideradas como sentimentos favoráveis ou desfavoráveis acerca do meio ambiente ou sobre um problema relacionado a ele, e têm sido definidas como percepções ou convicções relativas ao ambiente, inclusive fatores que afetam sua qualidade (por exemplo, superpopulação, poluição). Estas atitudes podem se referir a experiências subjetivas e aprendidas, apresentando em sua composição as crenças relacionadas ao objeto atitudinal (neste caso, o meio ambiente) expressas através do comportamento. São atitudes que se correlacionam significativamente com índices de comportamento pró-ambiental. No estudo de Coelho (2006), há uma menção a uma medida avaliadora de atitudes pró-ambientais, desenvolvida por Thompson e Barton. A partir daí foi proposta a existência de dois tipos de atitudes ambientais: *ecocêntricas* e *antropocêntricas*. Cada uma delas expressa a preocupação ambiental e o interesse em preservar a natureza e seus recursos por motivos distintos.

“O *antropocentrismo* tem como base motivacional o interesse em manter a qualidade de vida, a saúde e a existência humana, e, para tanto, faz-se necessário preservar os recursos naturais e o ecossistema; havendo assim uma relação de troca, em que o homem preserva a natureza para seu benefício. Já para o *ecocentrismo*, a natureza é uma dimensão espiritual e de valor intrínseco que é refletida nas experiências humanas relacionadas com os sentimentos sobre o ambiente natural; o homem está conectado à natureza e a valoriza por si mesma. Em outras palavras, atitudes *antropocêntricas* estão baseadas nos efeitos que os problemas ambientais estão causando nos seres humanos, enquanto as *ecocêntricas* se baseiam em valores intrínsecos da natureza” (COELHO, 2006, p.201-202).

Coelho (2006) recorda-nos acerca da existência da relação entre valores, atitudes e comportamentos pró-ambientais, a partir da argumentação de Rokeach (1968/1981) para quem as *crenças, atitudes e valores* estão atrelados, formando um sistema cognitivo funcionalmente integrado. De modo que uma mudança em qualquer parte deste sistema afetará outras partes e culminará em mudança comportamental. Considerando este aspecto, Coelho comenta os estudos de Stern e Dietz, que tomaram em conta a orientação segundo a qual valores podem afetar as crenças e atitudes, e, portanto, o comportamento. Para eles, as normas morais podem ser ativadas não só por valores socioaltruísticos, mas também por valores egoístas e biosféricos – o que comprovaram empiricamente: correlação positiva

dos comportamentos pró-ambientais com valores *biosféricos*, e negativa com valores *egoístas* (COELHO, 2006, p.202).

Este tipo de estudo revela que o estudo de valores também pode ser estratégico para melhor compreensão das relações entre sujeitos e demais componentes do ambiente, repercutindo na formulação de processos educativos para educadores ambientais e/ou pessoas sensíveis e ativas quanto ao cuidado ambiental.

“Karp (1996), em seu estudo sobre os valores e seus efeitos sobre o comportamento pró-ambiental, utilizou a tipologia proposta por Schwartz (1992, 1994) e verificou que, das quatro categorias de valores sugeridas por este autor, *autotranscendência* e *abertura à mudança* apresentaram influência positiva no comportamento pró-ambiental, enquanto *autopromoção* e *conservação* apresentaram direção inversa.

Schultz e Zelezny (1999) encontraram resultados semelhantes ao utilizar os tipos motivacionais de valores de Schwartz (1992, 1994) como preditores de atitudes ambientais. Mesmo considerando construtos diferentes, os resultados são comparáveis aos previamente descritos. Concretamente, estes autores verificaram que o tipo motivacional *universalismo*, que faz parte da categoria *autotranscendência*, foi o mais forte explicador das atitudes ambientais *ecocêntricas*. Mais detalhadamente, através de análises de regressão, estes autores verificaram que o tipo motivacional *universalismo* predisse positivamente as atitudes *ecocêntricas*, enquanto os tipos motivacionais *poder* e *tradição* o fizeram negativamente. Por outro lado, as atitudes *antropocêntricas* foram preditas positivamente pelos tipos motivacionais *poder*, *tradição*, *conformidade* e *segurança*, e negativamente, por *benevolência*” (COELHO, 2006, p. 203)

Estes estudos, porém, trabalham com valores no plano teórico, isto é, na intenção do sujeito em agir desta forma. Por existir muitas vezes uma distância entre o que a pessoa diz ou deseja fazer e o que realmente faz, analisar sua história de vida ou fazer análises experimentais vivenciais pareceu-nos ser mais preciso. O próprio Coelho confirma esta hipótese:

“Hines e cols. (1987) verificaram que a forma de mensuração destes comportamentos (através de verificação do comportamento real ou através de autorrelatos) atenua a correlação entre atitudes e comportamento; assim, as correlações são maiores quando o comportamento real é mensurado. Por isso, recomenda-se o uso de outros métodos, tais como a observação direta ou os traços de comportamento (CORRAL-VERDUGO; PINHEIRO, 1999)” (COELHO, 2006, p.204).

De acordo com Coelho (2006), no contexto brasileiro também se verificou que a melhor explicação para o ecocentrismo era o tipo motivacional *universalismo*, que representa compreensão, apreço, tolerância e proteção do bem

estar dos indivíduos e da natureza. Pessoas que assumem esta orientação valorativa tendem a apresentar atitudes, crenças e compromissos em favor do meio ambiente em maior medida do que aqueles que não priorizam tais valores.

Ele sugere que o ensino de valores que contemplem a dimensão universalismo (justiça social, sabedoria, igualdade, um mundo em paz, harmonia interior, um mundo de beleza, união com a natureza, proteção do ambiente e abertura) pode favorecer o desenvolvimento de atitudes ecocêntricas e, portanto, comportamentos pró-ambientais. De fato, corroborando com isso e antecipando algo dos resultados, em nossa pesquisa ficou constatado haver um predomínio do tipo motivacional universalista, especialmente na categoria autotranscendência.